

CRISE DA DÍVIDA EXTERNA E HIPERINFLAÇÃO NO BRASIL (1980-1989)

políticas econômicas, limitações e desdobramentos

Luan Mateus Oliveira de Souza¹

Marciana Ferreira de Oliveira²

Ícaro Sales Campos³

Janiele de Brito de Souza⁴

Resumo: A década de 1980 constituiu um dos períodos mais críticos da história econômica brasileira, marcado pela convergência entre a crise da dívida externa, a deterioração fiscal e um processo inflacionário que evoluiu para a hiperinflação. Este artigo examina os fatores internos e externos que moldaram essa conjuntura, destacando a transição do endividamento como estratégia de desenvolvimento para um mecanismo de fragilização estrutural do Estado. A análise evidencia a incapacidade das políticas econômicas implementadas, especialmente os Planos Cruzado, Bresser e Verão, de conter a inflação inercial e estabilizar os preços, devido tanto a limitações de desenho quanto à falta de coerência fiscal e institucional. Os dados discutidos revelam a intensificação do conflito distributivo, a desorganização dos preços relativos e a perda de credibilidade da política econômica, elementos que consolidaram a chamada “década perdida”. Conclui-se que a crise resultou da interação entre dependência externa, desequilíbrios macroeconômicos e fragilidade política, cujos efeitos estruturais moldaram as transformações econômicas posteriores.

Palavras-chave: Década perdida; Endividamento; Hiperinflação; Inflação inercial; Planos de estabilização.

EXTERNAL DEBT CRISIS AND HYPERINFLATION IN BRAZIL (1980–1989): economic policies, limitations, and consequences

Abstract: The 1980s constituted one of the most critical periods in Brazilian economic history, marked by the convergence of the external debt crisis, fiscal deterioration, and an inflationary process that evolved into hyperinflation. This article examines the internal and external factors that shaped this context, highlighting the transition from indebtedness as a development strategy to a mechanism of structural weakening of the State. The analysis underscores the inability of the economic policies implemented - especially the Cruzado, Bresser, and Verão Plans - to contain inertial inflation and stabilize prices, due both to design limitations and the lack of fiscal and institutional coherence. The discussed data reveal the intensification of distributive conflict, the disruption of relative prices, and the loss of credibility of economic policy, elements that consolidated the so-called “lost decade.” It is concluded that the crisis resulted from the interaction between external dependence,

¹ Graduando em Ciências Econômicas, pela Universidade Regional do Cariri (URCA), campus Iguatu/Ceará. Possui interesse voltado à área de Economia Regional e aos estudos de Economia Brasileira. Já atuou como bolsista de Iniciação Científica com foco na história econômica de Iguatu. Atualmente, integra a EJICEC, como foco na área de projetos. E-mail: luan.oliveirasou@urca.br.

² Graduada em Ciências Econômicas, pela Universidade Regional do Cariri (URCA), campus Iguatu/Ceará. Possui interesse voltado ao mercado de trabalho e empreendedorismo. Atuou como bolsista no setor financeiro da URCA. E-mail: marciana.vidal@urca.br.

³ Graduando em Ciências Econômicas, pela Universidade Regional do Cariri (URCA), campus Iguatu/Ceará. E-mail: icaro.sales@urca.br.

⁴ Economista pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável (Proder/Ufca). Professora efetiva do Curso de Ciências Econômicas (URCA), Iguatu, Ceará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4712-329X>. E-mail: Janiele.brito@urca.br.

macroeconomic imbalances, and political fragility, whose structural effects shaped subsequent economic transformations.

Keywords: Lost decade; Indebtedness; Hyperinflation; Inertial inflation; Stabilization plans.

1 INTRODUÇÃO

Os anos 1980 representam um dos períodos mais turbulentos e complexos da economia brasileira, um tempo marcado pela transição e crise profunda que lhe rendeu a denominação de “década perdida”. Esta rotulação reflete com precisão a estagnação econômica, a queda abrupta nos investimentos e, especialmente, a escalada de duas crises interdependentes que definiram a época: a crise da dívida externa e o avanço de uma hiperinflação descontrolada, registrando um valor de quase 2000% em 1989 (Lacerda, 2022). A interação destas duas forças não apenas congelou o crescimento econômico, que vinha de um ritmo acelerado nas décadas anteriores, mas também corroeu o poder de compra da população, principalmente dos trabalhadores.

As raízes desta crise remontam à década de 1970. Durante o regime militar, o Brasil financiou o que ficou conhecido como “Milagre Econômico” e os grandes projetos voltados à infraestrutura, a exemplo do II Plano Nacional de Desenvolvimento, com um grande volume de capital externo. Aproveitando a alta liquidez internacional e os juros baixos, o país expandiu sua dívida externa de forma vertiginosa. Todavia, a virada para os anos 1980 trouxe uma mudança drástica no cenário internacional. O segundo choque do petróleo em 1979, bem como a elevação das taxas de juros feita pela economia americana, transformou a estratégia de endividamento em uma armadilha. O custo do serviço da dívida tornou-se insustentável, e o acesso a novos créditos foi severamente restringido, culminando na crise da dívida que eclodiu em toda a América Latina, com a moratória do México em 1982 (Tavares, 1983).

No plano interno, o desequilíbrio fiscal e a indexação generalizada criaram, como foi mencionado acima, um quadro de inflação inercial. No cotidiano, salários perdiam valor em poucos dias e os preços eram remarcados constantemente. Com a redemocratização, o governo Sarney (1985-1990) tentou controlar a inflação por meio de ajuste de cunho heterodoxo. O mais emblemático, o Plano Cruzado (1986), congelou preços e salários e criou uma nova moeda, entretanto não obteve resultado pela ausência de ajuste fiscal.

Iniciativas posteriores, como o plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989), também não resolveram as causas estruturais (Bresser-Pereira, 2009).

Sendo assim, este artigo tem como principal proposta analisar a complexa dinâmica da economia brasileira entre 1980 e 1989, período em que o país enfrentou simultaneamente o peso crescente da dívida externa e a aceleração inflacionária decorrente das limitações das políticas econômicas adotadas. No tocante aos objetivos específicos: i) analisar a evolução da economia brasileira na década de 1980, com ênfase nos fatores internos e externos que levaram ao agravamento da crise da dívida externa e à formação de um quadro inflacionário crônico; ii) examinar os mecanismos e determinantes do processo inflacionário brasileiro ao longo dos anos 1980, destacando sua transição para a hiperinflação e as consequências econômicas e sociais decorrentes; e, por último, iii) avaliar os principais planos de estabilização do período, identificando suas limitações, assim como os resquícios deixados até o momento presente.

Conquanto, a justificativa para este estudo se alicerça na necessidade de se aprofundar na história da economia brasileira durante a década de 1980, buscando entender como os principais indicadores macroeconômicos reagiram à conjuntura interna e externa e quais os custos sociais dessa mudança para a sociedade da época.

Quanto à metodologia, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, orientada pela compreensão dos acontecimentos econômicos e políticos do período estudado. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura a partir da contribuição de autores fundamentais à interpretação da economia brasileira, como Bresser-Pereira, Maria da Conceição Tavares e Marcelo de Paiva Abreu, entre outros. As análises foram construídas a partir de obras e artigos disponibilizados em bases como SciELO e Google Acadêmico, bem como de matérias selecionadas em veículos jornalísticos, a exemplo do Brasil de Fato, o que permitiu integrar referenciais teóricos e contextualização histórica ao longo do trabalho.

Além disso, o estudo apresenta-se como de natureza básica e de caráter exploratório, uma vez que procura aprofundar o entendimento sobre os mecanismos que sustentaram a crise econômica dos anos 1980, permitindo esclarecer como as decisões de política econômica, a dinâmica inflacionária e a deterioração das contas externas se articularam ao longo da década.

Para melhorar o entendimento acerca do tema, além da introdução, o artigo está fragmentado da seguinte maneira. A segunda seção irá discutir como a economia brasileira

se encontrava, trabalhando aspectos como a inflação e a crise da dívida externa. A terceira seção apresenta os resultados e discussões acerca das tentativas de estabilização do quadro delicado vivido à época. E finalmente, na última seção, apresenta-se as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA NA AMÉRICA LATINA

As origens da crise da dívida latino-americana, ao longo da década de 1970, foram fortemente influenciadas pelo cenário internacional. Economias dependentes foram afetadas pelas decisões das potências centrais, especialmente dos Estados Unidos. Após a Segunda Guerra, os acordos de Bretton Woods criaram o FMI e o Banco Mundial, instituições que, mesmo após o colapso do sistema de câmbio fixo no início da década de 1970, continuaram a estruturar o sistema financeiro global e reforçar a dependência das economias periféricas (Cardoso; Faletto, 1979).

Nos anos 1970, o excesso de liquidez gerado pelos petrodólares, isto é, os excedentes financeiros acumulados pelos países exportadores de petróleo após a elevação dos preços, incentivou empréstimos a países em desenvolvimento. Muitos governos latino-americanos recorreram a crédito externo para cobrir déficits, sem prever os riscos de mudanças nas condições econômicas. No final da década, a política monetária restritiva dos Estados Unidos elevou os juros internacionais, enquanto a queda dos preços das *commodities* reduziu receitas de exportação, desencadeando a crise financeira da região (Furtado, 1982; Tavares; Belluzzo, 1986).

Posteriormente, organismos internacionais - como o FMI, o Banco Mundial e o governo dos Estados Unidos - condicionaram a renegociação das dívidas externas latino-americanas à adoção de programas de ajuste estrutural e de reformas de orientação neoliberal, sintetizadas no chamado Consenso de Washington, formulado no final da década de 1980 (Williamson, 1994). Dessa forma, a crise não decorreu apenas de fatores internos, mas também da dependência estrutural das economias latino-americanas em relação ao sistema financeiro internacional (Bresser-Pereira, 1991; Cardoso; Faletto, 1979).

Nos anos 1980, a América Latina foi assolada por uma crise que produziu recessão, inflação elevada e estagnação econômica, período consagrado como a “década perdida”. O marco inicial ocorreu em agosto de 1982, quando o México anunciou a moratória e declarou não ter condições de honrar sua dívida externa. O estopim da crise foi externo: a forte elevação dos juros internacionais, promovida pelo Federal Reserve, que encareceu brutalmente os passivos contratados a taxas flutuantes (Furtado, 1982; Tavares; Belluzzo, 1986).

Embora fatores externos, como os choques do petróleo e o aumento das taxas de juros internacionais tenham sido decisivos para precipitar a crise, segundo autores como Luiz Carlos Bresser-Pereira, as causas profundas do problema tinha origem interna, estando associadas a desequilíbrios macroeconômicos e institucionais. Para ele, a moratória mexicana apenas revelou um desequilíbrio estrutural já existente. Como observa o autor, a crise da dívida externa foi apenas o gatilho de uma crise econômica, cuja origem residia na crise fiscal do Estado (Bresser-Pereira, 1996b). O Estado, que havia sido fundamental para o processo de industrialização latino-americano, tornou-se incapaz de sustentar investimentos, apresentando déficits elevados, poupança pública negativa e crescente comprometimento de recursos com o serviço da dívida.

Paralelamente, a interpretação difundida por organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial associava o colapso ao excesso de intervenção estatal e ao chamado “populismo econômico”. Essa perspectiva orientou a formulação dos programas de ajuste estrutural, que priorizavam austeridade fiscal, abertura comercial e liberalização financeira. No entanto, autores latino-americanos sustentam que essa leitura ignorava a natureza estrutural da crise. Conforme destacam Cardoso e Faletto (1979), o problema central não era apenas o tamanho do Estado, mas a posição dependente das economias latino-americanas no sistema financeiro internacional, marcado por assimetrias profundas e vulnerabilidade aos ciclos de crédito. A crise, portanto, expressava não só desequilíbrios domésticos, mas a própria condição de dependência que moldava as relações econômicas da região (Bielschowsky, 1995; Furtado, 1982).

Para Bresser-Pereira, superar a crise exigia enfrentar sua causa fundamental: a necessidade de reconstrução da poupança pública e do Estado enquanto agente estratégico. A solução não seria sua eliminação, como sugeriam as correntes liberais, mas sua redefinição. O autor argumenta que o Estado deveria se tornar menor, porém mais forte

e mais ágil, capaz de planejar e regular, em vez de assumir diretamente funções produtivas (Bresser-Pereira, 1996b). Assim, a crise dos anos 1980 revelou tanto os limites do modelo de industrialização dependente quanto a fragilidade estrutural das economias latino-americanas diante do sistema financeiro internacional.

Diante deste cenário, e ao analisar especificamente as motivações da crise no Brasil, no período em questão, é válido destacar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1974–1979), que buscou prolongar o dinamismo do “Milagre Econômico” (1968–1973), período em que o PIB brasileiro cresceu, em média, 11,4% ao ano, impulsionado pela utilização da capacidade ociosa e por um cenário externo favorável, marcado pela expansão do comércio mundial e pela valorização das *commodities* (Furtado, 1982; Morandi, 1997).

Concebido como um projeto de transformação estrutural, o II PND colocou as empresas estatais como motor do desenvolvimento, especialmente nos setores de base e insumos estratégicos (Morandi, 1997). No entanto, sua formulação, ao confiar excessivamente na continuidade do crescimento, gerou projetos de grande escala, elevados custos e forte endividamento externo (Bresser-Pereira, 1991).

O II PND reforçou essa estratégia, ampliando o uso de recursos externos para financiar a modernização industrial. Todavia, no final da década de 1970, o segundo choque do petróleo, a elevação das taxas de juros externas e a desaceleração do comércio mundial aumentaram o custo da dívida e reduziram a capacidade de pagamento dos países devedores. Autores brasileiros destacam que, nesse contexto, a dívida passou de instrumento de crescimento a entrave estrutural, limitando investimentos públicos e precipitando a crise fiscal da “década perdida” (Bresser-Pereira, 1991; Cardoso, 1990; Castro; Souza, 1985).

Em consonância com Bresser-Pereira (1991), a dependência crescente do crédito externo transformou a dívida em um fator estrutural de fragilidade, restringindo a capacidade de investimento do Estado e marcando o início de um período de desequilíbrios que se estenderiam pelos anos 1980. Na sequência, a Tabela 1 mostra a expansão da dívida externa bruta do Brasil, no período de 1980-1989.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

Tabela 1 – Dívida externa bruta do Brasil na década de 1980

Ano	Dívida Externa Bruta (US\$ bilhões)	Variação Anual (%)
1980	64,26	-
1981	73,96	15,1%
1982	85,49	15,6%
1983	93,75	9,7%
1984	102,13	8,9%
1985	105,17	3,0%
1986	111,20	5,7%
1987	121,19	9,0%
1988	113,51	-6,4%
1989	115,51	1,8%

Fonte: IPEA (Ipeadata), dados do Banco Central do Brasil.

No decorrer da década de 1980, o Brasil adotou postura diferenciada frente aos credores e organismos multilaterais. Enquanto a maioria dos países seguia o FMI e programas de ajuste estrutural, o Brasil buscou preservar sua autonomia e soberania na política econômica (Meyer, 1991), mesmo com custos imediatos de credibilidade e restrição ao crédito.

Em 1987, o país suspendeu o pagamento de juros e negociou diretamente com o Clube de Paris, sem intermediação do FMI, rompendo com o padrão latino-americano. México e Chile, mantendo vínculo com o Fundo, obtiveram condições mais favoráveis. A ausência de acordo formal para o Brasil resultou em termos rígidos e isolamento financeiro (Meyer, 1991). Apesar de politicamente afirmativa, a postura brasileira manteve transferências líquidas de recursos ao exterior sem entrada de novos empréstimos (Meyer, 1991).

Essa experiência evidenciou a tensão entre soberania e integração ao sistema financeiro internacional. A busca por autonomia mostrou-se incompatível com a dependência estrutural, revelando fragilidades fiscais e cambiais. Para Bresser-Pereira (1991), a crise não se explica apenas pelo “populismo econômico”, mas pela incapacidade do Estado de sustentar o desenvolvimento sem financiamento externo. Assim, a postura do Brasil foi simultaneamente um gesto de resistência e um sinal de vulnerabilidade.

2.2 HIPERINFLAÇÃO E TEORIA ECONÔMICA DA INFLAÇÃO

A inflação pode ser definida como o aumento contínuo e generalizado dos preços ao longo de um determinado período. Assim, elevações pontuais de preços não caracterizam inflação, a qual deve apresentar a característica de continuidade, ainda que não ocorra com a mesma intensidade em todo o período analisado (Vasconcellos, 2015). Segundo o autor, a inflação provoca distorções na economia, afetando principalmente os indivíduos que dependem de renda fixa, como os trabalhadores assalariados que não possuem condições de manter aplicações financeiras. Esses indivíduos veem seu orçamento progressivamente reduzido até a ocorrência de um novo reajuste salarial, razão pela qual “percebe-se que a inflação é, principalmente, um imposto sobre os mais pobres” (Vasconcellos, 2015, p. 302).

Embora os efeitos da inflação incidam de forma mais intensa sobre as camadas mais pobres da população, deteriorando seu poder de compra, as empresas também são prejudicadas, uma vez que tendem a vender menos. Como consequência, o governo passa a arrecadar menos impostos, o que resulta na redução dos investimentos em políticas públicas que beneficiam a sociedade como um todo.

Nesse contexto, existem diferentes fenômenos inflacionários, de acordo com as distintas escolas do pensamento econômico. O Quadro 1 apresenta um resumo dos principais tipos de inflação, suas causas e os respectivos instrumentos de controle.

Quadro 1 – Inflação: principais tipos, causas e instrumentos de controle

Tipos de Inflação	Definição	Causas principais	Combate
Demanda	Demanda maior que a capacidade produtiva.	Pleno emprego; gasto público; crédito.	Juros altos; corte de gastos; elevação de impostos.
Custos	Aumento de preços por elevação dos custos produtivos.	Matérias-primas; salários; monopólios.	Ganhos de produtividade; políticas setoriais.
Inercial	Inflação atual baseada na inflação passada.	Indexação de preços e contratos.	Desindexação; planos de estabilização.
Estruturalista	Ligada a problemas estruturais do desenvolvimento.	Gargalos agrícolas; comércio externo; oligopólios.	Reformas estruturais; controle de preços; e planejamento estatal.

Fonte: Vasconcellos e Garcia (2009)

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

Na sequência, e em consonância com o Quadro 1, procede-se à análise dos diferentes tipos de inflação, com maior rigor e aprofundamento.

A inflação de demanda, segundo Vasconcellos (2015, p. 303), é “[...] considerada o tipo mais clássico de inflação e diz respeito ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços. Intuitivamente, ela pode ser entendida como dinheiro demais à procura de poucos bens”. No contexto brasileiro, essa forma de inflação também pode estar associada a déficits públicos e à expansão monetária.

Nesta perspectiva, Alves (2022) aponta que o excesso de demanda pode ocorrer quando há uma expansão monetária decorrente de déficits públicos que não são financiados pela poupança privada, isto é, quando o governo não consegue colocar seus títulos junto ao público. Por sua vez, as correntes neoliberais e monetaristas atribuem esse fenômeno ao excesso de liquidez, motivado pela necessidade de financiamento do governo.

De modo geral, entende-se que a inflação de demanda tende a ocorrer com maior probabilidade quando a economia opera próxima ao pleno emprego dos fatores produtivos. Nessa situação, um aumento da demanda agregada encontra baixa capacidade ociosa, o que gera pressão sobre os preços. Em contrapartida, em contextos de elevado desemprego, espera-se que um acréscimo da demanda resulte principalmente na expansão da produção — por meio da utilização de recursos antes ociosos — e não, necessariamente, em aumentos generalizados de preços (Vasconcellos, 2015).

Enquanto isso, a inflação de custos ocorre quando há elevação nos custos dos fatores de produção, como insumos e mão de obra. Esses aumentos são repassados aos preços dos bens e serviços finais, de modo que, ainda que a demanda permaneça inalterada, o custo de consumo se torna mais elevado (Vasconcellos, 2015).

Outra corrente relevante é a inercialista, que atribui grande parte da inflação à existência de mecanismos formais e informais de indexação — como salários, contratos e tarifas — que perpetuam a inflação passada e criam um efeito de memória nos preços. Essa abordagem tem como ideia central a ocorrência de um processo inflacionário crônico e elevado, no qual a inflação passada passa a ser considerada como referência para a formação dos preços atuais. Nesse sentido, Faião *et al.* (2017, p. 186) afirmam que “uma

vez estabelecidos os mecanismos de indexação, tanto a inflação passada quanto a expectativa futura passam a determinar os preços e salários correntes”.

No contexto brasileiro, o debate acerca do componente inercial da inflação ganhou destaque em razão do processo contínuo de aceleração inflacionária observado ao longo da década de 1980 e início dos anos 1990, período marcado por sucessivas tentativas fracassadas de estabilização econômica (Faião *et al.*, 2017).

Nesse caso específico, os elevados níveis de inflação se prolongam em função de um conflito distributivo entre os agentes econômicos — empresas e trabalhadores, bem como entre as próprias empresas — que reajustam seus preços de forma defasada e alternada. As expectativas inflacionárias não se alteram facilmente apenas por mudanças na política monetária, pois estão ancoradas em um fenômeno real: a inflação passada (Bresser-Pereira, 1989a). O autor argumenta ainda que a adoção de uma política monetária ativa em contextos de alta inflação pode agravar a situação fiscal, uma vez que “[...] o déficit público é em grande parte consequência de altas taxas de inflação e certamente fator sancionador dessa mesma inflação” (Bresser-Pereira, 1989a, p. 2).

Por fim, destaca-se a abordagem estruturalista, amplamente difundida na América Latina, a qual sustenta que a inflação tem origem em gargalos estruturais da economia — como a presença de oligopólios industriais, a concentração da estrutura agrária e a baixa elasticidade da oferta agrícola —, além das disputas distributivas. Nesse sentido, Vieira e Filho (1988) argumentam que a elevada flexibilidade dos preços dos produtos agrícolas constitui um fator relevante de instabilidade nos índices de preços da economia.

Assim, os estruturalistas consideram que a inflação se apoia em fatores associados com as características das relações comerciais, também chamadas de “Termos de Intercâmbios”.

Nos anos 1960, essa escola influenciou políticas econômicas na América Latina, embora com resultados mistos. No Brasil, o diagnóstico estruturalista foi bastante utilizado para explicar a inflação resistente dos anos 1950 e início dos 60, embora a partir do fim dos 80 tenha sido complementado pela noção de inflação inercial. Em todo caso, a inflação estrutural permanece um conceito-chave na interpretação heterodoxa, enfatizando que a inflação de longa duração em economias emergentes envolve raízes profundas no processo de desenvolvimento e na estrutura socioeconômica (Costa, 2025, p. 20).

Ao analisar o cenário brasileiro da década de 1980, fortemente influenciado pela herança econômica dos anos anteriores, constata-se que a inflação apresentou um comportamento crônico e persistentemente elevado. As taxas inflacionárias registraram sucessivas altas, ultrapassando 100% ao ano já em 1980. Somente na segunda metade da década consolidou-se o diagnóstico de inflação inercial, o que levou o governo a implementar diversos planos de estabilização. Esses planos combinaram políticas ortodoxas e heterodoxas que, apesar de promoverem uma redução imediata da inflação, mostraram-se incapazes de sustentar seus efeitos no médio e longo prazo, resultando em recorrentes processos de reaceleração inflacionária. A Tabela 2 apresenta as variações na taxa de inflação no Brasil, medida pelo IGP-DI, no período de 1980-89.

Tabela 2 – Inflação no Brasil na década de 1980

Ano	Inflação - IGP-DI (%)
1980	110,2
1981	95,2
1982	99,7
1983	211,0
1984	223,8
1985	235,1
1986	65,0
1987	415,0
1988	1.037,6
1989	1782,9

Fonte: Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2017, p. 446)

De forma geral, argumentava-se que a inflação brasileira resultava do excesso de gastos públicos em um contexto de forte expansão do Estado. Defendia-se que o fracasso das políticas de combate à inflação no início da década de 1980 - mesmo sob orientação do FMI - não decorria da inadequação das medidas prescritas, mas sim de sua aplicação parcial e ineficiente no país (Giambiagi *et al.*, 2011).

Com isso, a persistência inflacionária brasileira, que se manifestou de forma crônica desde os anos 1950 e início dos 1960, era inicialmente diagnosticada sob a ótica estruturalista, que apontava para gargalos produtivos e disputas distributivas como suas raízes profundas. Contudo, o cenário se agravou com a herança dos choques externos e a crise da dívida, culminando na hiperinflação da década de 1980 (Bacha; Bonelli, 2005).

Nesse contexto de inflação elevada e crônica, o debate teórico evoluiu para a predominância da visão inercialista, que identificava a indexação generalizada e a memória inflacionária como o principal motor da espiral de preços. A resposta do governo a essa crise foi uma sucessão de planos de estabilização (como o Cruzado, Bresser e Verão), que alternaram entre medidas ortodoxas e heterodoxas, buscando quebrar a inércia inflacionária por meio de choques de preços e congelamentos. Embora esses planos tenham proporcionado alívios temporários, a incapacidade de resolver o déficit público e a rigidez dos mecanismos de indexação levaram ao seu fracasso sucessivo, perpetuando a instabilidade econômica até o início da década de 1990. Essas tentativas de estabilização serão discutidas com maior rigor na seção seguinte.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 POLÍTICAS ECONÔMICAS E TENTATIVAS DE ESTABILIZAÇÃO

O período que antecede o ano de 1986, data esta que ficou conhecida pela inserção do Plano Cruzado, foi marcado por um cenário de agravamento de um dos maiores problemas da economia brasileira – a inflação. Dado este contexto turbulento, surgiram algumas medidas de controle desse mecanismo corrosivo, as quais detinham um caráter “heterodoxo”, que buscavam romper com o “pessimismo deflacionista” advindas das políticas de contenção de demanda. Além disso, não fazia sentido controlar o lado da oferta de moeda, pois esta era tida como endógena (Bresser-Pereira, 1996a)

Assim, duas propostas heterodoxas ganham um maior destaque no meio em que foram inseridas. Entre elas, a do “Choque Heterodoxo”, de Francisco Lopes, e a da “Moeda Indexada”, de Lara Resende. Ambas partiam do princípio de que a inflação era predominantemente inercial, ou seja, se autossustentava pela indexação generalizada dos preços e contratos, que atrelava a inflação presente à inflação passada.

A proposta formulada por Lopes, denominada de Choque Heterodoxo, defendia um “[...] congelamento abrupto e total de preços e salários, acompanhado de políticas monetária e fiscal passivas” (Marques, 1988, p. 436). O ponto principal dessa teoria é que, em economias com inflação crônica, os agentes econômicos atuam de forma defensiva, buscando recompor seus picos de rendimentos reais a cada ajuste, independentemente

das expectativas sobre o futuro da inflação. Com essa medida, esperava-se que houvesse a eliminação da memória inflacionária.

Outra proposta que marcou o período foi a Moeda Indexada. Este programa parte da ideia de que a inflação brasileira possuía um caráter sobretudo inercial. Porém, a teoria de Lara Resende, diverge da ideia de congelamentos de preços, argumentando que tais medidas gerariam empasses permanentes na estrutura de preços relativos e enfrentariam sérias dificuldades de implementação. A ideia central de sua teoria, se baseia na observação de que, em períodos de hiperinflação, os agentes econômicos tendem a reduzir o prazo dos contratos, dado a necessidade constante de reajustar preços. Sendo assim, a introdução de uma nova moeda indexada que circularia paralelo ao dólar aparecia como o meio de também eliminar a memória inflacionária. Este processo se apoia em três pressupostos, a saber:

O primeiro deles é que os fatores primários da inflação (o déficit operacional do setor público e a política monetária) estavam sob controle, não existindo pressões de demanda que pudessem acelerar a taxa de inflação. Supunha-se também que não existiam pressões pelo lado da oferta, pois os ajustes mais importantes de preços relativos (como desvalorização real do câmbio e eliminação de subsídios ao consumo e aos preços públicos) já haviam sido realizados, os salários não pressionavam os custos, a taxa de variação dos preços agrícolas era inferior à dos preços industriais, e o setor externo apresentava folga suficiente para garantir as importações necessárias. Consequentemente chega-se ao terceiro pressuposto, o de que a inflação brasileira era predominantemente inercial. Ou seja, a taxa de inflação mantinha-se em patamares elevados não porque houvesse descontrole das políticas macroeconômicas ou choques desfavoráveis de oferta, mas porque a cadeia de realimentação atrelava a inflação presente à inflação passada. (Marques, 1988, p. 439).

Diante dessas duas interpretações heterodoxas - o Choque Heterodoxo, que recomendava um congelamento abrupto de preços e salários, e a Moeda Indexada, que sugeria uma reformulação contratual e monetária como forma de eliminar a memória inflacionária sem recorrer ao congelamento - consolidou-se a percepção de que qualquer tentativa de estabilização precisaria atacar diretamente o núcleo inercial do processo inflacionário brasileiro.

Nesse contexto, o congelamento de preços, associado a uma reforma monetária, passou a ser entendido como um mecanismo capaz de quebrar a cadeia de realimentação inflacionária, promovendo a estabilidade macroeconômica ao impedir ajustes automáticos de preços e salários. A lógica por trás dessa estratégia era justamente interromper a

indexação generalizada que mantinha a inflação em níveis elevados, independentemente de choques de oferta ou demanda.

Diante disso, os Planos Cruzado, Bresser e Verão representam três tentativas sucessivas do governo brasileiro de enfrentar a inflação inercial dos anos 1980. O Cruzado buscou o congelamento amplo de preços, apostando no choque heterodoxo; o Bresser procurou uma abordagem mais limitada, combinando ajuste fiscal e um congelamento parcial; e o Verão retomou o congelamento e a desindexação, tentando restaurar o controle inflacionário em meio ao agravamento da crise. Juntos, esses planos ilustram a busca contínua por estabilizar uma economia marcada pela indexação generalizada e pela perda de credibilidade das políticas econômicas.

3.1.1 Plano Cruzado

Tendo por base o final da década de 1970 até a chegada da Nova República, em março de 1985, a inflação brasileira se comportou de duas maneiras. O primeiro está ligado ao segundo choque do petróleo que promoveu uma fixação dos preços e um aumento dos reajustes dos salários de anual para semestral e estes movimentos, por sua vez, dobraram a taxa de inflação que, passou de 50% para 100%. Já o segundo ocorreu em 1983 com a maxidesvalorização do cruzeiro em 30% que resultou em um aumento de 200% da inflação (Modiano, 2014).

Como Tancredo Neves não chegou a tomar posse, a condução do governo ficou a cargo de José Sarney, o qual geriu o país de forma mais austera, principalmente no âmbito fiscal e monetário. Cortes de gastos, proibições de contratações de novos funcionários da administração pública foram registrados nessa época, bem como um aperto na política monetária. O resultado dessas políticas foi uma queda na inflação para o patamar de 7,2% em abril de 1985 (Modiano, 2014).

Com o cargo de presidente, José Sarney põe em prática um plano de estabilização ousado – o Plano Cruzado. Esse plano foi implementado em 28 de fevereiro de 1986 e tinha como objetivo o controle da inflação galopante da época. De início, reformou-se o lado monetário, estabelecendo o Cruzado (Cz\$) como padrão de moeda nacional, isso porque a antiga moeda em vigência – o cruzeiro – já estava defasada dado as suas constantes

desvalorizações, além de que essa nova moeda facilitaria as trocas, bem como dava mais segurança à sociedade.

Diante dessa troca, a economia brasileira teve que se reorganizar. A taxa de conversão foi fixada em mil cruzeiros por cruzado, os salários também foram convertidos para cruzados, mas como havia uma periodicidade contante em relação aos ajustes, foi necessário o desenvolvimento de regras de conversão a fim de evitar uma grande redistribuição de renda e riqueza.

A conversão dos contratos a prazo era baseada na média do poder de compra dos últimos seis meses (setembro de 1985 e fevereiro de 1986). O grande empasse aqui é que essa conversão estaria equivocada, pois, como o cálculo é feito pela média e não pelo pico salarial, os trabalhadores perdem uma parte considerável da sua renda. Prevendo que isso aconteceria, o governo adotou um abono de 8% para todos os assalariados e para o salário mínimo adotou-se, também, um abono de 16% em relação ao poder de compra dos últimos seis meses (Modiano, 2014).

Além disso, houve o congelamento de todos os preços e fixação da taxa de câmbio. Todavia, não houve sequer alguma compensação, nem em relação à inflação acumulada muito menos em relação a perda derivada do suposto aumento residual que possivelmente ocorreria durante a atividade do congelamento. A fiscalização dos preços seria feita pelos “fiscais do Sarney” e, informalmente, pela população em geral. Os salários não foram congelados, sendo reajustados todas as vezes que a inflação chegasse o patamar de 20% - “gatilho salarial” - além da correção em 60% da variação acumulada do custo de vida (Modiano, 2014).

A desindexação da economia foi fator importante dentro desse plano. As ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), que eram utilizadas como base para o processo de indexação, foram substituídas pelas OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional) que não permitia ajustes inferiores a 12 meses.

3.1.2 Principais Resultados do Plano Cruzado

Esse plano foi bem recebido pela sociedade, uma vez que prometia controlar a inflação assim como pelo apelo do governo para que a população fiscalizasse o congelamento dos preços. De início, foi registrado uma queda abrupta da inflação logo após

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

a sua implementação – a mais elevada taxa mensal nos primeiros meses foi de apenas 1,4%, medida pelo novo IPC (Modiano, 2014).

Outro ponto que vale salientar são as modificações experimentadas no âmbito do consumo. Diante da estabilização dos preços, a despoupança voluntária, em que os indivíduos migrariam seus saldos monetários para aplicações mais rentáveis, o consumo reprimido fez com que houvesse uma explosão do consumo, o que pressionava a demanda por bens e serviços.

A escassez de produtos manifestou-se já nesta fase, mas ficou restrita aos mercados de leite, carne e automóveis, não representando um problema generalizado até o período seguinte. No caso do leite, o governo deu início à prática de subsidiar o produtor para sustentar o congelamento. No caso da carne, optou por importações, que se demonstraram tardias e insuficientes. O mercado da carne se constituiu no principal campo de batalha para o governo, que não conseguiu fazer valer o congelamento mesmo sob a ameaça de confisco do gado. E, no caso dos automóveis, nada foi feito até julho. Em consequência, as filas se generalizaram e os preços dos carros usados superaram os preços dos modelos novos. (Modiano, 2014, p. 293).

Quanto à oferta da economia, o governo recorreu a diversos instrumentos para solucionar os problemas incorporando, ainda, o congelamento dos preços, a exemplos, isenções de impostos, subsídios entre outros, afim de se adaptarem à situação. Além disso, com o passar do tempo, os indivíduos foram encontrando mecanismos para driblar o controle de preços, entre eles o ágio aparece com protagonista: alterações de produtos, mudança de embalagens, a simples retirada do produto do mercado (Averbug, 2005; Gremaud; Vasconcellos; Toneto Jr., 2017). Do lado fiscal, esperava-se que a política fiscal zerasse o déficit operacional, mas não obteve sucesso quando se fala de longo prazo.

3.1.3 Pacote de Julho

Como o plano anterior não obteve os resultados esperados, além da consciência dos riscos sobre a economia brasileira após fevereiro, uma nova coleção de medidas veio à tona em 23 de julho de 1986, um tímido pacote que visava desaquecer o consumo. O congelamento de preços já não era tido como principal medida, pelo menos não da forma usada anteriormente. Entretanto, a falta de iniciativas governamentais, devido às eleições, propiciou uma situação difícil na condução do plano, já que a pauta principal era usurpar o máximo de popularidade possível, esta herdada do Plano Cruzado.

Nesta perspectiva, para Averbug (2005, p. 227), o diagnóstico do pacote era correto, pois:

a) a trajetória da demanda e da produção conspirava contra a estabilidade de preços; b) a capacidade instalada operava a pleno vapor, sem possibilidades de acréscimos a curto prazo; c) algumas empresas não logravam aumentar sua produção por causa da escassez de insumos e componentes; e, d) a recuperação da taxa de investimentos não alcançou o montante requerido para tornar menos agudos os atritos entre oferta e demanda.

Partindo desses pressupostos, o ponto chave a se combater era o desaquecimento do consumo, como mencionado anteriormente. Para isso, criou-se um sistema de medidas para tentar conter o impasse, Averbug (2005) detalha-as na sequência:

- a. Criação de um empréstimo compulsório aplicado, até 31 de dezembro de 1989, sobre o consumo de gasolina e álcool e sobre a compra de automóveis, com percentuais variados conforme o tipo de combustível e o tempo de fabricação do veículo.
- b. Estabelecimento da cobrança, até 31 de dezembro de 1987, de um encargo financeiro de 25% incidente sobre a aquisição de passagens internacionais e de moeda estrangeira para viagens ao exterior.
- c. Implementação do Plano de Metas, composto por investimentos nas áreas sociais, como saúde, educação e habitação, e em infraestrutura, especialmente nos setores de transporte e energia.
- d. Instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento, destinado principalmente ao financiamento do Plano de Metas, com recursos provenientes das arrecadações previstas nos itens anteriores e patrimônio inicial formado por ações de empresas sob controle da União.
- e. Concessão de estímulos à poupança, incluindo a redução do imposto de renda sobre os Certificados de Depósito Bancário e a criação de uma nova modalidade de caderneta de poupança.
- f. Determinação de que o valor do empréstimo compulsório cobrado sobre combustíveis e veículos seja excluído do cálculo do Índice de Preços ao Consumidor.

Ocorrendo tal qual o esperado, o “Cruzadinho” não obteve os resultados desejados para aquilo que ele foi criado. De forma contrária, o pacote agiu como propulsor da demanda, especialmente nos setores de automóveis e viagens para o exterior. O que ocorreu com a implementação desse plano foi um redirecionamento do consumo.

3.1.4 O Plano Cruzado II

Em novembro de 1986, após a realização das eleições, foram anunciadas novas medidas econômicas, conhecidas como Plano Cruzado II. O plano tinha como principais objetivos: a) reduzir o nível de consumo; b) incentivar a destinação da renda para a poupança; c) diminuir o déficit das contas públicas; d) solucionar desequilíbrios relacionados ao setor externo; e) recuperar a capacidade de investimento do setor público; f) conter as pressões inflacionárias; e, g) proteger a renda da população que recebia até cinco salários mínimos (Averbug, 2005).

Esse plano visava, segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2017), controlar o déficit público, aumentando a receita em 4% do PIB, com base na elevação das tarifas e impostos indiretos, o que transferia poder de compra do setor privado para o público.

Quanto aos seus resultados, é válido salientar que, devido a pressões de diversos setores, houve aumentos de impostos e tarifas sobre bens finais, mas com diferentes taxas e que este encerrou o processo de congelamento de preços.

Em janeiro de 1987, a inflação se apresentou no patamar de 16,8% (Castro, 2011), o gatilho disparou, a indexação reapareceu com maior força. Com isso, tem-se o desaquecimento da economia com a queda da demanda, bem como desajustes de oferta devido ao grande prolongamento do congelamento. Tal fato fez com a economia brasileira anunciasse moratória em fevereiro de 1987 devido a perda de reservas, além da tentativa de renegociação da dívida externa. Ainda nesse cenário, Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2017) ressaltam que a inflação se manifestou em mais de 20% ao mês. Assim, o governo decidiu liberar de forma abrupta quase todos os preços, o que colocou em xeque o mecanismo de congelamento de preços e, com isso, decretou-se o fim do Plano Cruzado.

3.1.5 Plano Bresser

Com a tentativa frustrada de estabilização vista no período anterior, criou-se um novo plano. No início do período houve uma troca de ministros, Dílson Funaro foi substituído por Luís Carlos Bresser-Pereira, e este, por sua vez, apresentou o Plano Bresser no dia 12 de junho de 1987, objetivando promover um choque deflacionário na economia, bem como evitar que erros do passado fossem incorporados a esta nova tentativa, ou seja, evitar um possível registro de hiperinflação.

Algumas medidas foram adotadas no combate ao cenário vivido à época, principalmente no controle da inflação, que foi diagnosticada como inercial e de demanda. Levando em conta o contexto, tal plano foi estruturado em uma mescla do campo ortodoxo e heterodoxo.

Do ponto de vista ortodoxo, as políticas fiscal e monetária seriam usadas de forma ativa no controle da inflação. A prática de taxas de juros reais positivas objetivava, assim, inibir o consumo bem como a especulação com estoques (Modiano, 2014; Castro, 2011). Além disso, a política fiscal estava alicerçada na redução do déficit público, utilizando-se de mecanismos como cortes de gastos, aumento das tarifas, redução do subsídio do trigo.

A fim de evitar problemas no que tange aos preços públicos e administrados, foram decretados aumentos pouco antes do congelamento, entre eles: 45% para eletricidade, 34% para telefone, 32% para o aço, 36% para o pão, 27% para o leite e 13% para combustíveis (Modiano, 2014). Essa decisão foi tomada para que houvesse a recomposição daquilo que foi perdido no passado, assim como criar uma margem de folga para fazer frente ao congelamento.

No campo heterodoxo, os salários e preços foram congelados, e este mecanismo foi realizado em três fases, segundo Castro (2011): (1) um congelamento completo por um período de três meses; (2) a adoção de um congelamento parcial, com maior flexibilidade; e (3) o posterior descongelamento. Os salários passariam a ser vinculados a um novo critério de indexação, denominado Unidade de Referência de Preços (URP), responsável por realizar reajustes trimestrais com base na inflação média dos três meses seguintes. Vale frisar, também, que a taxa de câmbio não foi congelada, justamente para evitar a deterioração das contas externas. Além disso, houve a necessidade de criar uma nova Tablita e de regras no que tange aos contratos e aluguéis (Modiano, 2014).

De início, o plano Bresser apresentou bons resultados. A inflação mensal, por exemplo, se apresentou declinante segundo o IPC, baixou de 26,1% em junho para 3,1% em julho e 6,4% em agosto (Castro, 2011), mas logo em seguida se mostrou ascendente chegando a 14% após a flexibilização do congelamento. Com tal flexibilização, houve reajustes preventivos de preços, o quais desestabilizaram os preços relativos, o que também corroborou o repasse dos aumentos decretado no início de plano para outros preços.

De acordo com Modiano (2014), o Brasil da época conseguiu se reerguer e registrar um superávit de mais de US\$1,4 bilhão, impulsionado pelo bom desempenho das exportações, dado que houve um desaquecimento da demanda interna e o restabelecimento da confiança na política cambial, devido ao efeito das desvalorizações diárias do cruzado.

Sendo assim, percebe-se que tal plano foi tido como algo emergencial; houve a implementação de medidas diferentes se comparadas ao Plano Cruzado, mas que, diante das condições da economia em 1987, não surtiram o efeito desejado e o plano acabou por ser tirado de cena, o que deu lugar a medidas mais modestas – a política do “Feijão com Arroz”.

Essa nova tentativa, liderada pelo novo ministro da fazenda, Máílson de Nóbrega, diferente dos planos anteriores, rejeitava as ideias do “choque heterodoxo”, fato este que estimulou metas mais simples para o cenário vivido. Em consonância com Modiano (2014), o ministro tinha como meta o controle da inflação em 15% ao mês e a redução do déficit público de forma gradual para 7-8% do PIB para o período de 1988.

Para se reduzir o déficit, houve a necessidade de congelamento dos valores nominais dos empréstimos ao setor público, bem como a retenção dos salários dos funcionários públicos por dois meses. O índice inflacionário permaneceu dentro do estimado pelo governo, mas logo em seguida, com o aumento dos preços públicos e um terrível choque agrícola, fez com que os preços voltassem à sua trajetória ascendente.

A política monetária ajudou a balança comercial a se recompor devido aos megassuperávits registrados à época. Mesmo com essa nova política, a inflação bate seu recorde, registrando 24% em julho de acordo com o índice IPC, tudo isso devido a pressão dos reajustes dos preços administrados (Modiano, 2014), o que corroborou o fracasso de

tal tentativa. Ainda nesse mesmo período, ocorreu algo de extrema importância, o fim da moratória do pagamento dos juros da dívida externa, que foi decretada em 1988.

Fator que merece ser lembrado, também, foi a promulgação da Constituição de 1988, e ela, por sua vez reconfigurou o espaço político. De acordo com Modiano (2014, p. 303), “em matéria econômica, a nova Constituição ainda aumentou as vinculações da receita, ampliou e enrijeceu os gastos do governo federal, e encareceu o custo da mão de obra para os setores produtivos privado e público”. Quanto as suas conquistas, ressalta-se a formalização da jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais, o direito ao décimo terceiro salário, da licença maternidade, além da licença maternidade, assim como o direito de greve e o direito ao aviso prévio, todos esses registrados formalmente.

3.1.6 Plano Verão

O Plano Verão, instituído em janeiro de 1989 pelo governo de José Sarney, representou a terceira e malfadada tentativa de choque heterodoxo no Brasil, sucedendo os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987). Seu objeto primeiro era combater a inflação inercial que, em meio a uma crise estrutural profunda e uma hiperinflação iminente, ameaçava a estabilidade econômica nacional. Lançado sob a batuta do então Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o plano buscou quebrar o ciclo vicioso de indexação e expectativas inflacionárias.

Em sua essência, o Plano Verão combinou o tradicional elemento de choque heterodoxo, o congelamento geral de preços e salários por tempo indeterminado na tentativa de eliminar a memória inflacionária, como uma suposta política ortodoxa de rigor fiscal e monetário.

Na véspera da adoção do congelamento, foram permitidos reajustes em diversos preços públicos e administrados, incluindo aumentos de 33,3% no preço do pão, 47,5% no leite, 63,5% nas tarifas postais, 35% nas tarifas telefônicas, 14,8% na energia elétrica, 19,9% na gasolina e 30,5% no álcool, entre outros (Modiano, 2014).

As principais medidas incluíram a criação de uma nova moeda, o Cruzado Novo (NCz\$), equivalente a mil cruzados (Cz\$), e a desindexação da economia pela extinção da Unidade de Referência de Preços (URP) e da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). A promessa de um ajuste fiscal rigoroso e de uma política monetária rígida, com altas taxas

de juros, era a contrapartida ortodoxa, destinada a combater o déficit público, corretamente identificado como a raiz da inflação.

Contudo, apesar da ambição e da urgência do cenário, o Plano Verão rapidamente demonstrou sua ineficácia, culminando em seu fracasso e no retorno acelerado da inflação. Em consonância com Bresser-Pereira (1989b, p. 573), o plano já indicava fragilidade, em especial no que tange à política ortodoxa prometida:

Vivemos um momento dramático. As esperanças com o Plano Verão foram por terra. O déficit público aumentou ao invés de diminuir, devido à ortodoxia equivocada da política monetária. O crédito do Estado diminuiu e a credibilidade do governo está mais baixa do que nunca. A inflação está de volta; e a melhor perspectiva, agora, é que a retomada da inflação ocorra sem traumas.

Além disso, o economista ainda critica veementemente a política monetária rígida que, paradoxalmente, levou ao aumento do déficit público devido aos juros altíssimos pagos sobre os títulos públicos, demonstrando a ineficácia do componente ortodoxo do plano:

Quase quatro meses depois pudemos verificar que a política ortodoxa do Plano Verão foi ineficaz. Vejamos, em primeiro lugar, o que ocorreu no plano financeiro. O déficit público não diminuiu; ao contrário, tudo indica que aumentou, devido à absurda política de juros reais pagos pelos títulos públicos nos primeiros três meses do plano. (Bresser-Pereira, 1989b, p. 581).

Quanto aos resultados, o Plano Verão logo se mostrou como mais uma tentativa de controle econômico frustrado. No campo social, a queda do poder de compra foi imediata: os salários médios reais recuaram 16,7% entre dezembro e fevereiro além da queda de 9,9% da produção industrial em fevereiro (Bresser-Pereira, 1989b).

A inflação, mesmo com o congelamento, retornou de forma acelerada. Ainda segundo o mesmo autor, a taxa oficial de abril alcançou 7,31%, o que evidenciava a forte inflação reprimida. No campo fiscal, o plano fracassou, pois o déficit público aumentou, como mencionado anteriormente, a base monetária logrou aumento de 36,5% até fevereiro e a dívida pública interna deve ter dobrado em termos nominais (Bresser-Pereira, 1989b).

O câmbio tornou-se outro foco crítico. A desvalorização no mercado paralelo, segundo Bresser-Pereira (1989b), atingiu 95,6%, com ágio superior a 150%. De forma indireta, o autor explica que a perda de credibilidade do governo e o temor de deságio sobre

a dívida interna estimularam fuga para o câmbio paralelo, agravada pela valorização artificial do novo cruzado.

Assim, o Plano Verão terminou agravando a instabilidade econômica que pretendia resolver. A queda do poder de compra dos salários, a continuidade da inflação, o aumento do déficit público e a recessão industrial minaram qualquer confiança na política econômica. A desorganização dos preços, o descontrole cambial e a perda de credibilidade do governo tornaram evidente que o plano não atacou as causas estruturais da crise. Em vez de estabilizar a economia, acabou preparando o terreno para um ambiente ainda mais frágil, marcado por incerteza, tensão social e risco crescente de crise inflacionária aguda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1980 constituiu um período singular na história econômica brasileira, marcado pela convergência de choques externos adversos, fragilidades estruturais acumuladas e sucessivas tentativas de estabilização macroeconômica que se mostraram incapazes de reverter o processo inflacionário crônico. Dados como a inflação que ultrapassou os 100% já no início da década e atingiu patamares próximos de 2000% em 1989, a moratória declarada em 1987 e a deterioração fiscal persistente ilustram a profundidade da crise e reforçam a leitura de que o país se encontrava inserido em uma dinâmica de instabilidade que não poderia ser superada por medidas pontuais ou de curto prazo.

Do ponto de vista estrutural, evidenciou-se que o modelo de desenvolvimento baseado no endividamento externo, intensificado durante o II PND, revelou seus limites diante das transformações no ambiente internacional, sobretudo após o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros norte-americanas. A literatura analisada destaca que a crise da dívida externa não foi apenas um evento conjuntural, mas um elemento revelador das assimetrias da inserção brasileira no sistema financeiro internacional. A dependência crescente de financiamento externo e o esgotamento da capacidade de pagamento colocaram o Estado em trajetória de fragilidade fiscal, conforme enfatizado por autores como Bresser-Pereira e Castro & Souza. A partir desse momento, a dívida, antes instrumento de expansão, converteu-se em restrição severa ao crescimento.

No plano interno, verificou-se que a combinação de indexação generalizada, déficits públicos elevados, rigidez das estruturas produtivas e conflitos distributivos alimentou um processo inflacionário que se tornou autossustentado. A análise teórica realizada evidenciou a coexistência de múltiplos diagnósticos para a inflação brasileira, desde o monetarista, que associava o fenômeno ao desequilíbrio fiscal e ao excesso de moeda, até os enfoques estruturalista e inercialista, que sublinhavam fatores distributivos, gargalos produtivos e mecanismos de memória inflacionária. No entanto, observou-se que, independentemente da perspectiva teórica adotada, o enfrentamento da inflação exigia uma abordagem integrada que combinasse desindexação, correção dos desequilíbrios fiscais e redefinição do papel do Estado - algo que não se concretizou de forma consistente ao longo da década.

As tentativas de estabilização examinadas - Planos Cruzado, Bresser e Verão - evidenciaram as dificuldades políticas e econômicas de se implementar políticas coerentes em um ambiente de forte instabilidade. Os resultados discutidos demonstraram que, embora houvesse ganhos iniciais - como a queda abrupta da inflação após o Cruzado e a redução temporária dos índices no início do Plano Bresser, tais avanços foram rapidamente revertidos. A explosão do consumo reprimido, a escassez de produtos, a incapacidade de controlar preços relativos, o retorno da indexação após a flexibilização dos congelamentos, o aumento do déficit público devido à política monetária rígida e a deterioração das contas externas demonstraram que os planos falharam tanto por limitações de desenho quanto pela ausência de sustentação fiscal e política.

Adicionalmente, o ambiente político desempenhou papel decisivo na erosão da credibilidade das políticas econômicas. As eleições de 1986 prejudicaram ajustes necessários ao Cruzado; a promulgação da Constituição de 1988 ampliou rigidamente os compromissos fiscais da União, dificultando o esforço de consolidação das contas públicas; e o conflito entre diferentes grupos de interesse dificultou a manutenção de medidas de austeridade e controle de preços. Assim, observou-se que a instabilidade econômica da década não pode ser compreendida sem considerar a simultânea instabilidade institucional que marcou o processo de redemocratização.

A chamada “década perdida” resultou da interação entre dependência externa, desequilíbrios fiscais, estruturas produtivas rígidas e políticas econômicas fragmentadas. As consequências desse processo foram profundas: perda do poder de compra dos

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

salários, aumento da vulnerabilidade externa, retração da atividade produtiva, desorganização dos preços relativos e deterioração da confiança na condução macroeconômica. Os fracassos das tentativas de estabilização mostraram que o enfrentamento da inflação exigia não apenas medidas emergenciais, mas reformas estruturais de maior alcance, que só viriam a ser implementadas nos anos subsequentes.

A crise dos anos 1980, portanto, simboliza não apenas um ciclo de dificuldades econômicas, mas também um momento de transição paradigmática, em que se revelaram os limites do modelo de industrialização baseado no endividamento e a necessidade de redefinição das funções do Estado e das estratégias de desenvolvimento. A compreensão desse período é fundamental para interpretar não apenas os desafios imediatamente posteriores, mas também as trajetórias de política econômica que se consolidariam nas décadas seguintes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando Henrique. Análise das demonstrações contábeis: avaliação do efeito inflacionário e suas influências em indicadores econômicos. 2022. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)** - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Contagem, 2022.

AVERBUG, Marcello. Plano Cruzado: crônica de uma experiência. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 211-240, dez. 2005.

BACHA, Edmar Lisboa; BONELLI, Regis. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 3 (99), p. 163-189, jul./set. 2005

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A teoria da inflação inercial reexaminada. In José Marcio Rego, org. (1989a). **Aceleração Recente da Inflação**. S.Paulo, Editora Bial: VII-XXII.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Crise do Estado: ensaios sobre a crise fiscal e a gestão pública no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A descoberta da inflação inercial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 16, n. 4 (64), p. 20-35, out./dez. (1996a). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6485512.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, (1996b).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/books/economia-brasileira-uma-introducao-critica-3a-edicao/29-cap-29-as-tentativas-de-estabilizacao.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Plano Verão e a crise estrutural da economia brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 573-585, out./dez. (1989b). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/9z5KDx4khmhM5ZjGDJNGhGr/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2025.

CARDOSO, Eliana A. **A Dívida Externa do Brasil**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889–1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 267–296.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Lavinia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer;

CASTRO, Lavinia Barros de. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 97-130.

COSTA, Gabriel Satiro Reis. **Estudo sobre os determinantes da inflação brasileira (1980-2022)**. 2025.

FAIÃO, Thais Fernanda et al. Inércia inflacionária: uma análise de raiz unitária nos índices de inflação no Brasil para o período recente. **Revista Econômica**, Niterói, RJ, v. 19, n. 1, 2017.

FURTADO, Celso. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIAMBIAGI, Fabio. et al. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Dívida externa bruta (PAN_DEXT)*. Ipeadata, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367>. Acesso em: 11 dez. 2025.

LACERDA, Nara. **Como era viver no Brasil da inflação descontrolada dos anos 1980?** Brasil de Fato, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/18/como-era-viver-no-brasil-da-inflacao-descontrolada-dos-anos-1980/>. Acesso em: 03 out. 2025.

MARQUES, Maria Silvia Bastos. O Plano Cruzado: teoria e prática. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 3, p. 435-464, jul./set. 1988.

MEYER, Arno. **As negociações da dívida externa brasileira no âmbito do Clube de Paris**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 6, p. 1–32, jul./dez. 1991. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14848>.

MODIANO, Eduardo Marco. A Ópera dos Três Cruzados, 1985-1990. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MORANDI, Ângelo. **O II PND e o desenvolvimento brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. **A crise financeira global**. Revista de Economia Política, v. 3, n. 2, p. 144-153, abr./jun. 1983. DOI: 10.1590/0101-31571983-2015.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Depoimento**. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia**: micro e macro. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VIEIRA, Rita de Cássia M. T.; FILHO, Antonio Raphael Teixeira. Inflação e preços agrícolas: uma análise estruturalista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 26, n. 3, p. 289-305, 1988.

WILLIAMSON, John. **Reformas econômicas na América Latina: o que deu certo e o que deu errado**. São Paulo: Pioneira, 1994.